

Perenidade da biografia

Desde que é homem, o homem provavelmente necessita contar histórias sobre outros homens. Os casos de bicho e de gente marcham lado a lado para o primitivo, mostrando o gosto em usar os atos alheios para conhecer melhor os nossos. O que se pode chamar biografia começa quando o elemento lendário cede em face do elemento informativo, mas tanto na lenda quanto na informação o motivo “do exemplo” é básico, embora não exclusivo.

Exemplo que permite interpretação do ser e do mundo, através dos outros seres no mundo: heróis civilizadores que servem para explicar a origem das coisas úteis; antepassados míticos, para justificar os laços de parentela e a posse dos bens; autores de gesta que fornecem padrão ideal para o comportamento. Parece que sem o ponto de referência da personalidade não nos sentimos ajustados às coisas, e que os nossos próprios atos se tornam mais nítidos quando imitados dum alto modelo.

Na tradição do Ocidente, a narrativa das grandes vidas foi desde logo um dos principais recursos ideológicos de educação, notando-se passagem lenta, mas certa, do lendário ao positivo. Em nosso tempo, é notória a voga imensa da literatura biográfica (uma das mais generosas fontes de prestígio autoral e êxito editorial), tanto sob o aspecto rigorosamente objetivo da investigação, quanto sob o dessa transposição da lenda que é a biografia romanceada — pois chegamos simultaneamente ao gosto pela documentação rigorosa e pela desenfreada exploração romanesca.

Esse vezo parece mais próprio dos ocidentais que dos orientais, que se acomodam bem na parábola e empurram para a lenda os homens exemplares. A nossa tendência para dar corpo inteligível aos padrões que norteiam a sociedade leva a encarná-los num ser vivo, racionalmente interpretado, pois isso lhes confere maior credibilidade em nosso modo de entender, sugerindo que a sua realização é possível. É sugestiva a este propósito a passagem do semideus e do herói fabuloso ao personagem histórico, que podemos encontrar, como paradigma, em Plutarco, onde após Teseu e Rômulo vêm Licurgo e Numa Pompílio, depois Alcibíades e Coriolano, César e Alexandre. Os homens de existência comprovada são tratados por ele um pouco à maneira dos heróis lendários, enquanto estes sofrem processo inverso, de tal forma que o tecido biográfico adquire certa homogeneidade entre uns e outros, humanizando-se a lenda e elevando-se a história a uma altitude exemplar.

Assim, a biografia dos antigos comporta, sob certos aspectos, transposição de qualidades semidivinas e heróicas ao plano humano, e certos homens são depurados, desbastados da sua humanidade excessiva, para encarnarem grandes princípios morais: Aristides, a justiça; Catão, a austeridade; Leônidas, a fidelidade; Bruto maior, a intransigência; Cincinato, o desinteresse. Outros são apresentados menos integralmente, havendo mesmo preocupação em colecionar anedotas que mostrem a sua fragilidade; mas elas funcionam como a linha de sombra que salienta os contornos ideais, equiparando-se às descaídas convencionais dos deuses — como se vê nos

episódios de Clístenes e Lisímaco na vida de Alexandre Magno, que sai deles engrandecido.

Vista assim, a biografia funciona ao modo de um sistema de metas propostas ao comportamento, encarnando em indivíduos os grandes ideais sociais. Esta função tornou-a um dos principais elementos da educação do Ocidente, sobretudo depois da sistematização feita pelo Renascimento, quando Plutarco, Cornélio Nepos, Quinto Curcio se tornaram manuais indispensáveis à formação do caráter.

Mas há outro aspecto, não menos importante: o da biografia como instrumento, para conhecer a história e os costumes. Para uma visão essencialmente antropocêntrica, como a humanística — que deu forma à nossa civilização moderna — o homem é ponto de referência, e as ações humanas, critério para avaliar a sociedade. Conhecer os varões antigos era conhecer a Antiguidade, pois a história se ordenava tradicionalmente como uma série de atos e sentimentos; a sua lei era o choque de vontades, paixões, virtudes, vícios, crimes, belas ações dos indivíduos. Conhecer a história antiga era conhecer os seus varões, através dos quais se manifestava, em todo o seu prestígio e esplendor, o *histórico* por excelência, que dava a chave para entender o tempo presente. Assim, Montaigne, na sua torre campesina, reunia fatos, ditos, anedotas antigas, para sentir a sua própria humanidade e a dos seus semelhantes. Assim, Maquiavel, saindo dos trabalhos diários, das tertúlias e jogos de taverna, envergava trajes solenes no seu escritório, para conversar com os grandes homens do passado e aprender à luz dos seus feitos o método adequado ao entendimento da época. E dos personagens de Tito Lívio passava ao governante ideal, misto de virtude antiga e astúcia moderna, que redimiria a desordem da sua pátria.

A historiografia moderna se formou nesta tradição, que também era em parte a da crônica medieval, cujo processo consistia em narrar fatos à luz dos feitos, reforçando-se a textura dos acontecimentos, pela evocação meio arbitrária das gestas individuais. A certa altura, porém, foi levada a admitir que a gênese dos costumes e das instituições é melhor chave, e isto alterou a posição da biografia, chamada agora não a encarnar ideais, esclarecer o humano e interpretar o presente; mas a servir de elemento para entender objetivamente as eras passadas. É sugestivo, sob este aspecto, o uso feito por Montesquieu dos dados biográficos, mesmo lendários, na sua *Grandeza e decadência dos romanos*, onde os toma como argumentos para um desígnio de ordem geral, já norteado pela pesquisa de causas e fatores, a saber: a conexão entre os destinos de Roma e a chama da virtude cívica. É também sugestivo que Voltaire haja escrito o primeiro livro moderno sobre a civilização de um dado período em torno do marco convencional de um homem, que entra apenas como símbolo das instituições: Luís XIV.

Com estes escritores (mais Vico e Herder), já era uma encruzilhada da historiografia, que precisou de certo modo optar entre o próprio e o comum, o individual e o coletivo, a biografia e a instituição. Em verdade, não optou, mas incorporou. Tanto, que vamos encontrar nos historiadores românticos uma fusão admirável do pessoal e do social; um máximo de interesse pelo singular dos homens, tomados quase como personagens, e simultaneamente pelo plural dos fatos, englobados em

ambiciosas sínteses evolutivas. Assim tem sido até os nossos dias, numa divisão de trabalho entre o historiador propriamente dito e o biógrafo. Aquele, chegando, no limite — como Fustel de Coulanges e os atuais historiadores sociais —, a fazer história sem indivíduos, altos ou baixos; este se dissolvendo, também no limite, nas malhas do romance.

A pergunta que então acode é mais ou menos a seguinte: qual o sentido e o destino da biografia, como método, numa era de triunfo da filosofia da história, da história econômica e social, da sociologia? A resposta seria, mais ou menos, que ela se tornou, de um lado, busca do pitoresco pessoal, motivada pelo fascínio que sempre nos causa o conhecimento do homem, de qualquer homem que sirva para receber a projeção dos nossos problemas; de outro, uma técnica para interpretar a história e conhecer os fatos sociais, do ângulo das pessoas neles envolvidas.

A constituição da historiografia contemporânea em disciplina de tipo científico libertou por assim dizer a biografia das suas peias, dando-lhe mais liberdade ao lhe dar categoria de gênero autônomo. Doutra lado, o romance histórico emprestou-lhe algumas das suas técnicas, que serviram sobretudo para sugerir fatos omissos, dar explicação plausível aos atos, imaginar motivos. A mistura entre personagem fictício e personagem real (elemento básico da verossimilhança no romance histórico) contaminou de certa forma a biografia, reintroduzindo, ou mantendo o perene coeficiente lendário. Em muitas dentre elas, sentimos a marca do ponto de vista romanesco ao lado do esforço sistemático de investigação, pois acabou-se por admitir que uma conjectura aceitável cabia nos seus limites. Daí uma tripartição de rumos, resultando um primeiro mais chegado à história objetiva, da qual pode ser considerado gênero, como é o caso da obra de Otávio Tarquínio de Sousa; outro ramo foi para o lado da ficção e procurou transformar o indivíduo em personagem propriamente dito, como é o caso das biografias tão populares de Emil Ludwig e Stefan Zweig; um terceiro tipo operou a fusão dos dois extremos, combinando rigor documental e fantasia, sobretudo no que se refere à interpretação psicológica.

Mas é preciso lembrar, ao lado desta evolução interna do gênero, um fator ideológico decisivo para os rumos da biografia moderna: a elaboração de teorias revalidando o papel dos homens eminentes no processo histórico. A linha tradicional do “varão ilustre” encontrou em Emerson e Carlyle uma modernização que lançou de novo o estudo do indivíduo no cerne das interpretações da história. Mais tarde, o método de Dilthey contribuiu para elevar a biografia a uma espécie de forma privilegiada de conhecer a realidade histórica e social, que aparece como apenas perceptível pelo intermédio translúcido da vida dos indivíduos, ao contrário da orientação positiva, que se interessa por eles na medida em que são sinais, produtos, reflexos do tempo.

A biografia histórica moderna recebeu um pouco de todos esses elementos; mas afinal de contas ainda se enquadra em um dos dois esquemas básicos, nascidos da revolução historiográfica dos séculos XVIII e XIX, através dos quais entronca nas mais antigas preocupações do homem ocidental: ou visa ao conhecimento em si das pessoas, ou visa a conhecer o tempo através delas.